

COMUNICADO DE IMPRENSA

A Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros realizou hoje, dia 26 de Agosto de 2025, a sua 7.^a Reunião Ordinária, na Sala de Reuniões do Gabinete de Gestão Documental e Biblioteca da Secretaria-Geral dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República, sob orientação da Ministra de Estado para Área Social, **Maria do Rosário Teixeira de Alva Sequeira Bragança**, no âmbito da competência que lhe foi delegada pelo Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo.

Nesta reunião, a Comissão para a Política Social apreciou uma proposta de alteração pontual da Lei sobre a Liberdade de Religião e de Culto, com a finalidade de assegurar que a mesma continue a garantir a plena protecção da liberdade religiosa e de culto, promovendo a igualdade de tratamento e a não discriminação entre diferentes confissões religiosas, bem como clarificar e modernizar algumas normas para melhor adequação à realidade actual e dar resposta a questões e desafios emergentes relacionados ao exercício da liberdade religiosa.

A Comissão para a Política Social apreciou, ainda, uma proposta de Lei que estabelece os princípios e as regras sobre o uso das Línguas de Angola, tendo em vista a necessidade de se promover, diversificar e difundir o estudo sobre as línguas angolanas de origem africana de identidade nacional e de comunicação nos diversos sectores da vida social, por força dos valores culturais e civilizacionais que elas veiculam, assim como promover a unidade e o pluralismo linguístico nacional, a dignidade e a consolidação da identidade cultural, no quadro do Estado democrático de direito.

Relativamente a esta matéria, a Comissão para a Política Social recomendou o aprofundamento do seu estudo e a sua posterior reapreciação em sede desta Comissão.

A Comissão para a Política Social apreciou, também, uma proposta de Lei que tem como objectivo estabelecer as atribuições, a competência, a organização, o regime de controlo, a responsabilidade e o património

das instituições do poder tradicional, bem como a tipologia das autoridades tradicionais e as relações institucionais destas com os Órgãos da Administração Local do Estado e da Administração Autárquica, considerando os princípios constitucionais vigentes, tendo sido recomendado o seu aprimoramento e posterior apreciação.

Na reunião de hoje, a Comissão para a Política Social apreciou o Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Regulamento sobre a Atribuição e Emissão de Títulos Escolares da Educação Pré-Escolar, do Ensino Primário e Secundário, diploma que estabelece as regras, os procedimentos e as características dos títulos escolares, designadamente atestados, certificados e diplomas nos níveis e subsistemas da Educação Pré-Escolar, do Ensino Primário, do Ensino Secundário Geral, Técnico-Profissional e da Formação de Professores, bem como outros documentos escolares oficiais para diversos efeitos, tendo recomendado o seu aprimoramento para posterior análise.

A Comissão para a Política Social foi informada sobre a evolução da epidemia da cólera no País. De acordo com o Relatório de Balanço da Comissão Nacional de Luta Contra a Cólera, no mês de Julho de 2025, o País registou um total de 622 casos de cólera, com notificação em 5 das 21 províncias, sendo que as com maior número de casos reportados, no período, foram a Lunda-Norte com 231 casos, representando 37% do total nacional, o Cuanza Sul com 144 casos, 23%, a Huíla com 96 casos, 15%, e Luanda com 49 casos, 8%. Os dados mostram uma redução no número de novos casos em comparação com os meses anteriores.

Durante o período em referência, foram notificados 13 óbitos por cólera em todo o território nacional, com destaque para as províncias da Lunda Norte com 6 óbitos (46% do total nacional), Cuanza Sul com 3 óbitos (23%) e Huíla com 2 óbitos (15%).

A taxa de letalidade global por cólera, em Julho de 2025, foi de 2%, representando um aumento de 1,4% em relação ao mês anterior.

No âmbito da resposta ao surto, foram distribuídos materiais médicos e kits de combate à cólera para as Províncias afectadas, bem como aquelas que fazem fronteira com áreas de maior risco. De referir, ainda, que através da Plataforma Digital de Gestão de Logística de Vacinas e Produtos Críticos para o Combate à Cólera (IOTA), a Direcção Nacional

de Saúde Pública, a CECOMA, as províncias, os municípios e as Unidades Sanitárias estão a gerir os seus stocks em tempo real, garantindo maior eficiência e visibilidade na cadeia de abastecimento.

Finalmente, a Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros congratula-se com a conquista, no Domingo, dia 24 de Agosto do ano em curso, em Luanda, do 12.º Título Africano de Basquetebol, destacando a capacidade de resiliência, a determinação e o esforço empreendido pelos bravos atletas, complementado pela união de todos os angolanos em torno da Selecção Angolana de Basquetebol, sobretudo nos momentos mais difíceis da competição.

A Comissão para a Política Social considera que a conquista do décimo segundo título do Afrobasket, no ano em que o nosso País celebra 50 anos de independência nacional, constitui um património colectivo, um símbolo de perseverança e inspiração da juventude, em particular, e de toda a nação, de Cabinda ao Cunene, e dirige uma palavra de conforto à todas as entidades que, sem medir esforços, se engajaram na organização do evento.

**GABINETE DE COMUNICAO INSTITUCIONAL E IMPRENSA
SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS**, em Luanda, aos 26 de Agosto de 2025.